



ELO SERVIÇOS S.A.

CNPJ nº 09.227.084/0001-75

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações financeiras.

Visão Geral

A Companhia foi fundada em 2011 pelo Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil"), pelo Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e pela Caixa Econômica Federal ("Caixa"), três das maiores instituições brasileiras de serviços financeiros, com a intenção de estabelecer uma alternativa local perante aos principais players do mercado e democratizar o acesso aos meios de pagamento digitais pouco explorados no Brasil. A Companhia acredita que ser detida e administrada localmente lhe confere uma capacidade única de entender as necessidades locais de seus clientes, incluindo emissores, adquirentes e titulares de cartões, e a ter maior flexibilidade para responder de forma rápida e eficaz às mudanças na dinâmica do mercado.

A Companhia gerencia um portfólio de bandeiras de cartões de débito, crédito e pré-pagos amplamente aceitas, incluindo Elo Básico, bem como um portfólio *premium* (Elo Mais, Elo Grafite, Elo Nanquim e *Diners*) para clientes pessoas físicas e jurídicas. Também fornece uma variedade de serviços de pagamento para prestar suporte a pagamentos de débito, crédito e relacionados para instituições financeiras, varejistas e *fintechs*.

A Companhia promove o comércio por meio da transferência de fundos e informações entre instituições financeiras, comerciantes, consumidores, empresas e entidades governamentais no setor de meios de pagamento que está em constante evolução. A Companhia é uma das empresas líderes em tecnologia de pagamento e cresce de forma acelerada no Brasil em termos de volume de transações de pagamentos (*total payment volume* ou "TPV") e número de cartões ativos.

Em relação aos investimentos realizados em ativos relevantes no último exercício social, a Companhia destaca que, em 31 de março de 2021, adquiriu a plataforma de autorização e processamento desenvolvida pela Cielo S.A. ("Cielo") para suporte à rede de processamento da Companhia, no montante de R\$ 177.895 mil. Adicionalmente, em 27 de julho de 2021, a Companhia adquiriu a marca "Elo" da Elo Participações Ltda. por R\$ 400.000 mil, em três parcelas iguais.

Prêmios e Reconhecimentos

- 1º lugar para se trabalhar em Barueri e Região de acordo com o ranking Great Place to Work;
- 3º lugar para se trabalhar como uma das Melhores Instituições Financeiras de acordo com o ranking Great Place to Work;
- Melhores 35 empresas para se trabalhar dentre as Empresas Nacionais de acordo com o ranking Great Place to Work;
- 18º lugar para se trabalhar como uma das Melhores empresas dentre as médias Empresas de São Paulo de acordo com o ranking Great Place to Work.

Análise dos impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia

A pandemia da COVID-19 resultou na implementação de certas medidas restritivas por autoridades governamentais e empresas para conter e limitar a propagação do coronavírus, aumentando a incerteza econômica. A administração da Companhia avalia de forma constante o impacto da pandemia da COVID-19 em suas operações e condição financeira, a fim atuar de forma a mitigar seus impactos.

Embora o atual contexto macroeconômico como resultado do surto da COVID-19 tenha afetado de forma negativa os níveis de consumo dos brasileiros com um impacto mais pronunciado em viagens e eventos presenciais, a disseminação da COVID-19 também acelerou a transição de compras em lojas físicas com uso de métodos tradicionais de pagamento (por exemplo, cartões de crédito, cartões de débito, dinheiro) para o e-commerce com um aumento expressivo da utilização de meios de pagamento digitais. Consequentemente, houve um aumento da demanda dos clientes por soluções de pagamento e entregas mais seguras (por exemplo, métodos de pagamento sem contato, compras online e retirada na loja) e um crescimento significativo nos gastos on-line que historicamente eram feitos em lojas físicas. Em termos gerais, a Companhia acredita que seu negócio se beneficiou dessas mudanças comportamentais, incluindo um aumento líquido considerável em novas contas, usuários ativos e volume de pagamentos. Com a possibilidade de que as preferências dos consumidores se revertam para comportamentos anteriores conforme as medidas restritivas para limitar a propagação da COVID-19 forem suspensas ou relaxadas, os negócios da Companhia, sua condição financeira e resultados operacionais poderão ser afetados de forma negativa. Além disso, em março de 2020, o governo brasileiro aprovou um pacote de estímulo econômico que incluía o fornecimento de ajuda financeira emergencial a populações vulneráveis. A plataforma da Companhia serviu como um canal através do qual os usuários puderam obter esses fundos de auxílio, o que contribuiu para um aumento de R\$ 8.814 mil e R\$ 92.133 mil na receita líquida para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Desempenho operacional

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia foi de R\$1.440.050 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de R\$1.443.856 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma redução de R\$3.806 mil, ou 0,26%. Essa redução é atribuída substancialmente a uma redução de R\$16.605 mil, ou 1,18%, na receita líquida transaccional reduzida de incentivos para R\$1.389.634 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (dos quais R\$8.814 mil consistiram em receita líquida resultante do auxílio emergencial em conexão com a pandemia da COVID-19) comparativamente a R\$1.406.238 mil para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (dos quais R\$92.133 mil consistiram em receita líquida resultante do auxílio emergencial em conexão com a pandemia da COVID-19). Essa variação é atribuída ao aumento do volume transaccional, excluindo o auxílio emergencial, para R\$319.900.700 mil, ou 9,66%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparativamente a R\$291.710.250 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido a um aumento no volume de transações de pagamentos ("TPV") com cartão de crédito da Companhia, de R\$22.341.952 mil, ou 37,45%, e um aumento no TPV com cartão de débito da Companhia, excluindo o auxílio emergencial, de R\$5.918.373 mil, ou 2,57%. Além disso, a receita de serviços líquida aumentou em R\$12.798 mil, ou 34,02%, devido à conquista de novos clientes e novas receitas quando comparado ao exercício anterior. A Receita Líquida Ajustada foi de R\$1.431.236 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de R\$1.351.723 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou um aumento de R\$79.513 mil, ou 5,88%. A Companhia não espera que o ajuste do auxílio emergencial em conexão com a pandemia da COVID-19 persista nos próximos anos.

Custos dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados foi de R\$203.280 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de R\$195.007 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou um aumento de R\$8.273 mil, ou 4,24%. Este aumento é atribuído substancialmente a (i) um aumento de R\$28.536 mil nos custos relacionados a receitas de serviços e demais processamentos, com exceção do processamento de transações nacionais, que são principalmente custos com a plataforma antifraude, produtos *tokenizados*, (uma solução que gera um cartão virtual (*token*) criptografando as informações do cartão físico em uma transação eletrônica ou digital e custos com a tecnologia de pagamentos por aproximação); (ii) um aumento de R\$15.001 mil nos custos de benefícios de cartão de crédito devido a menores restrições de viagens; e (iii) um incremento de R\$6.808 mil nas despesas com pessoal como resultado do desenvolvimento de novos produtos e sustentação da operação. Este aumento foi parcialmente compensado por: (i) um aumento nos créditos tributários de R\$26.105 mil, dos quais R\$16.188 mil foram referentes a um crédito retroativo de PIS e COFINS sobre licença de utilização da plataforma de autorização e processamento adquirida da Cielo registrada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e (ii) uma redução de R\$16.153 mil nos custos da plataforma de

autorização e processamento em decorrência da aquisição dessa plataforma da Cielo em 31 de março de 2021.

Despesas com vendas

As despesas com vendas foram de R\$165.583 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de R\$270.469 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma redução de R\$104.886 mil, ou 38,78%. Essa variação é atribuída substancialmente aos créditos tributários no valor de R\$44.962 mil referentes à recuperação de contribuições de PIS e COFINS relacionadas a algumas despesas de *marketing* e publicidade que são essenciais para as operações da Companhia, sendo R\$34.650 mil referente à recuperação de períodos retroativos e R\$10.312 mil referente ao exercício de 2021, que foram registradas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Outros fatores que contribuíram foram (i) a redução de R\$69.531 mil em despesas de *marketing* e publicidade devido ao adiamento de ações comerciais, campanhas e shows devido à pandemia da COVID-19, que foi parcialmente compensado por (ii) um aumento de R\$9.607 mil nas despesas com pessoal devido à contratação de colaboradores para apoiar o lançamento de novos produtos e o aumento de novos parceiros, e a sustentação dos parceiros já existentes.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas foram de R\$345.054 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de R\$310.615 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou um aumento de R\$34.439 mil, ou 11,09%. Essa variação é atribuída principalmente a um aumento no valor de (i) R\$36.851 mil em despesas com pessoal devido à contratação de colaboradores para apoiar o aumento do número de parceiros e novos serviços, e o crescimento da Companhia. Este aumento foi parcialmente compensado pela redução de R\$2.824 mil em despesas incorridas com serviços de terceiros em função de melhorias operacionais.

Lucro antes do resultado financeiro e impostos

Pelos motivos descritos acima, o lucro antes do resultado financeiro e impostos foi de R\$726.133 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de R\$667.765 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou um aumento de R\$58.368 mil, ou 8,74%.

Receitas financeiras

As receitas financeiras foram de R\$44.394 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de R\$27.720 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou um aumento de R\$16.674 mil, ou 60,15%. Esse aumento é atribuído substancialmente a um aumento nos juros auferidos em aplicações de curto prazo devido ao incremento da taxa média de juros "SELIC", uma vez que os saldos médios de caixa e equivalentes de caixa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram similares.

Despesas financeiras

As despesas financeiras foram de R\$27.616 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de R\$3.419 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou um aumento de R\$24.197 mil, ou 707,72%. Esse aumento é atribuído substancialmente a um aumento de R\$23.388 mil nos custos de correção monetária relacionados principalmente (i) à licença de uso da plataforma de autorização e processamento que foi adquirida da Cielo em 31 de março de 2021; e (ii) às próximas duas parcelas a pagar do contrato de aquisição da marca "Elo", celebrado em 27 de julho de 2021.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Pelos motivos descritos acima, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social foi de R\$742.911 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de R\$692.066 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou um aumento de R\$50.845 mil, ou 7,35%.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social foi de R\$235.956 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de R\$424.718 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma redução de R\$188.762 mil, ou 44,44%. Essa redução é atribuída principalmente às medições não contábeis (i) decisão dos acionistas de retenção de incentivos na Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que implicou em um aumento da base tributável para cálculo de imposto de renda e contribuição social deste período, e (ii) redução do imposto de renda e contribuição social resultante da receita líquida oriunda do auxílio emergencial da COVID-19. O Imposto de Renda e Contribuição Social Ajustados foi de R\$232.959 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de R\$199.270 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou um aumento de R\$33.689 mil, ou 16,91%, substancialmente explicado pelo aumento em 22,36% dos respectivos lucros antes do imposto de renda e contribuição social, parcialmente compensado pelo benefício fiscal da distribuição de juros sobre o capital próprio no exercício de 2021. A Companhia não espera que o ajuste do auxílio emergencial em conexão com a pandemia da COVID-19 persista nos próximos anos.

Lucro líquido dos períodos

Pelos motivos descritos acima, o lucro líquido foi de R\$506.955 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de R\$267.348 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou um aumento de R\$239.607 mil, ou 89,62%. O Lucro Ajustado foi de R\$501.138 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de R\$400.663 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou um aumento de R\$100.475 mil, ou 25,08%.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$1.443.856 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e de R\$985.604 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$458.252 mil, ou 46,49%. Esse aumento é atribuído substancialmente a um aumento de R\$442.888 mil, ou 45,97%, na receita líquida transaccional reduzida de incentivos para R\$1.406.238 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (dos quais R\$92.133 mil consistiram em receita líquida resultante do auxílio emergencial em conexão com a pandemia da COVID-19) comparativamente a R\$963.350 mil para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação é atribuída ao aumento no TPV para R\$343.747.598 mil, ou 54,14% de crescimento, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparativamente a R\$223.010.741 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente devido a transações com cartão de débito da Companhia. A receita de serviços líquida aumentou em R\$15.364 mil, ou 69,04%, devido substancialmente à conquista de novos clientes e à estabilização das tarifas antifraude. A Receita Líquida Ajustada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1.351.723 mil comparativamente a R\$985.604 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$366.119 mil, ou 37,15%.

Custos dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados foi de R\$195.007 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e de R\$191.602 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$3.405 mil, ou 1,78%. Essa variação é atribuída substancialmente a um aumento de R\$18.992 mil nos custos relacionados a receitas de serviços que são principalmente gastos com a plataforma antifraude e produtos *tokenizados*, (uma solução que gera um cartão virtual (*token*) criptografando as informações do cartão físico em uma transação eletrônica ou digital. Outros fatores que contribuíram para esta variação incluíram (i) a redução nos créditos tributários no valor de R\$5.587 mil devido a um crédito retroativo de PIS e COFINS no valor de R\$9.380 mil registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi compensado por uma redução de R\$13.528 mil em custos de benefícios de cartão de crédito devido a restrições de viagens; e (ii) medidas de redução de custos que a Companhia adotou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, incluindo a renegociação de um contrato de processamento de transações com o provedor de serviços da Companhia, que reduziu os

principais custos de processamento em R\$10.113 mil, apesar do aumento no volume transaccional.

Despesas com vendas

As despesas com vendas foram de R\$270.469 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e de R\$202.781 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$67.688 mil, ou 33,38%. Essa variação é atribuída substancialmente (i) ao aumento de R\$41.234 mil em despesas incorridas com campanhas comerciais com os principais parceiros emissores de cartões da Companhia para estimular a recuperação de volume durante a pandemia da COVID-19; (ii) ao aumento de R\$25.062 mil em despesas de *marketing* com determinados estabelecimentos comerciais para reconhecimento de marca e aceitação de cartões; e (iii) ao aumento de R\$10.962 mil em relação ao lançamento da nova plataforma Elo Flex da Companhia, que oferece uma plataforma flexível para que os titulares de cartão de crédito escolham facilmente diferentes benefícios no site da Companhia. Esses aumentos foram parcialmente compensados por uma redução de R\$16.260 mil em campanhas de *marketing* e patrocínios relevantes, como a Copa do Brasil e shows internacionais durante a pandemia da COVID-19.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas foram de R\$310.615 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e de R\$255.493 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$55.122 mil, ou 21,57%. Essa variação é atribuída substancialmente aos aumentos de R\$25.216 mil com serviços de terceiros devido ao maior investimento em TI e melhorias na plataforma transaccional, de R\$18.693 mil em despesas com pessoal devido à contratação de colaboradores para apoiar o aumento no número de parceiros e novos serviços, e de R\$10.063 mil com despesas corporativas principalmente devido ao maior volume de serviços compartilhados de *back-office* e ao aumento das despesas com leis de incentivos fiscais.

Lucro antes do resultado financeiro e impostos

Pelos motivos descritos acima, o lucro antes do resultado financeiro e impostos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$667.765 mil comparativamente a R\$335.728 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$332.037 mil, ou 98,90%.

Receitas financeiras

As receitas financeiras foram de R\$27.720 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e de R\$39.041 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma redução de R\$11.321 mil, ou 29,00%. Essa redução é atribuída substancialmente (i) à redução do "CDI" no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (de uma média de 6,0% em 2019 para uma média de 2,8% em 2020), que consiste no principal índice do qual derivam as receitas financeiras da Companhia; e (ii) aos rendimentos de juros no valor de R\$5.710 mil em conexão com as condições comerciais de um contrato de prestação de serviços no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, sem efeito correspondente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Despesas financeiras

As despesas financeiras foram de R\$3.419 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e de R\$16.879 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma redução de R\$13.460 mil, ou 79,74%. Essa redução é atribuída substancialmente ao reconhecimento, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, de uma despesa no valor de R\$11.981 mil como resultado de ajuste monetário em um contrato de serviço de custos, sem efeito correspondente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Pelos motivos descritos acima, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social foi de R\$692.066 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e de R\$357.890 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$334.176 mil, ou 93,37%.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social foi de R\$424.718 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e de R\$207.936 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$216.782 mil, ou 104,25%. Esse aumento é atribuído aos fatores (i) incremento de R\$334.176 mil no lucro antes do imposto de renda e contribuição social, (ii) decisão dos acionistas de retenção de incentivos na Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o que implicou em um aumento da base tributável para cálculo de imposto de renda e contribuição social destes períodos, e (iii) imposto de renda e contribuição social resultante da receita líquida oriunda do auxílio emergencial da COVID-19. O Imposto de Renda e Contribuição Social Ajustados foi de R\$199.270 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e de R\$116.371 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$82.899 mil, ou 71,24%.

Lucro líquido dos períodos

Pelos motivos descritos acima, o lucro líquido foi de R\$267.348 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e de R\$149.954 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$117.394 mil, ou 78,29%. O Lucro Ajustado foi de R\$400.663 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e de R\$241.519 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$159.144 mil, ou 65,89%.

Relacionamento com Auditores Independentes:

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que, durante os exercícios de 2019, 2020 e 2021 a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Elo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Elo declara que os auditores independentes foram contratados para prestar outro serviço além dos relacionados à auditoria externa, sendo a asseguarção sobre o Modelo de Apreciação da Margem de Contribuição da Elo e a asseguarção limitada referentes as transações de pagamento em contas do tipo Poupança Social Digital, em conformidade com os limites estabelecidos pela Circular 4.020 emitida pelo Banco Central do Brasil no dia 22 de maio de 2020.

A contratação atende ao requisito de governança corporativa da empresa, que determina que para a realização de qualquer serviço que não seja de auditoria externa pelo auditor independente, após a avaliação e manifestação de inexistência de conflito de interesses e/ou quebra dos fundamentos que norteiam sua independência, por parte dos próprios auditores, a contratação com detalhamento de escopo e sua justificativa, a proposta comercial é submetida ao Comitê de Auditoria para avaliação de eventuais conflitos e possibilidade de realização dos serviços adicionais e/ou extraordinários sem que seja afetado o caráter de independência. O montante contratado durante os exercícios de 2019, 2020 e 2021 corresponde a R\$ 402 mil.

Os serviços propostos são permitidos e estão em consonância com as regras de independência com base no seguinte: (i) as transações objeto de asseguarção são identificadas e fornecidas sob responsabilidade da Administração; (ii) o Auditor independente não assume papel ativo em nenhuma negociação ou elaboração das informações objeto de asseguarção; (iii) o Auditor independente não faz representações em nome da Elo; (iv) os resultados da asseguarção não impactarão as demonstrações financeiras da Elo e não são submetidos à própria revisão do Auditor Independente; (v) o Auditor não faz nenhum tipo de modelagem ou desenvolvimento de rotinas relacionadas as transações objeto de asseguarção; e (vi) o resultado do trabalho é factual. Adicionalmente, na Elo, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa passa pela aprovação do Comitê de Auditoria.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

A Administração

Demonstrações dos resultados				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019				
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)				
	Nota	2021	2020	2019
Receita operacional líquida	22	1.440.050	1.443.856	985.604
Custo dos serviços prestados	23	(203.280)	(195.007)	(191.602)
Despesas com vendas	23	(165.583)	(270.469)	(202.781)
Despesas gerais e administrativas	23	(345.054)	(310.615)	(255.493)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		726.133	667.765	335.728
Receitas financeiras	24	44.394	27.720	39.041
Despesas financeiras	24	(27.616)	(3.419)	(16.879)
Resultado financeiro, líquido		16.778	24.301	22.162
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		742.911	692.066	357.890
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	21.a	(195.655)	(447.839)	(200.411)
Diferidos	21.a	(40.391)	23.121	(7.525)
Lucro líquido dos exercícios		506.955	267.348	149.954
Resultado por ação				
Resultado por ação - básico e diluído	20.e	0,20	0,11	0,06
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras				
Demonstrações dos resultados abrangentes				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019				
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)				
	2021	2020	2019	
Resultado dos exercícios	506.955	267.348	149.954	
Outros resultados abrangentes	—	—	—	
Resultado abrangente total	506.955	267.348	149.954	
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	506.955	267.348	149.954	
Resultado abrangente total	506.955	267.348	149.954	
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras				

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)				
Ativo Circulante	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	711.071	1.482.672	680.905
Contas a receber	6	192.425	184.485	135.018
Impostos a recuperar	7	39.768	32.760	55.512
Despesas antecipadas	8	77.628	76.206	46.454
Outros créditos	9	32.287	29.073	17.374
Total do ativo circulante		1.053.179	1.805.196	935.263
Não circulante				
Despesas antecipadas	8	104.760	73.274	67.634
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.b	79.727	1	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)						
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reservas de capital Reserva de expansão	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro 2018		54.809	10.962	207.432	—	273.203
Lucro líquido do exercício					149.954	149.954
Aumento de capital	20.a	81.792	—	(81.792)	—	—
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	20.b	—	7.498	—	(7.498)	—
Dividendos propostos	20.c	—	—	—	(100.727)	(100.727)
Reserva de expansão	20.b	—	—	311.039	(41.729)	269.310
Saldos em 31 de dezembro 2019		136.601	18.460	436.679	—	591.740
Lucro líquido do exercício					267.348	267.348
Aumento de capital	20.a	159.269	—	(159.269)	—	—
Dividendos antecipados	20.c	—	—	—	(44.786)	(44.786)
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	20.b	—	13.367	—	(13.367)	—
Dividendos propostos	20.c	—	—	—	(38.083)	(38.083)
Reserva de expansão	20.b	—	—	742.063	(171.112)	570.951
Saldos em 31 de dezembro 2020		295.870	31.827	1.019.473	—	1.347.170
Lucro líquido do exercício					506.955	506.955
Dividendos adicionais	20.c	—	—	(661.916)	—	(661.916)
Aumento de capital	20.a	46.757	—	(46.757)	—	—
Marca	20.b	—	—	(400.000)	—	(400.000)
Destinação do lucro líquido:						
Juros sobre capital próprio	20.c	—	—	—	(34.126)	(34.126)
Dividendos mínimos obrigatórios	20.c	—	—	—	(23.174)	(23.174)
Dividendos adicionais propostos	20.b	—	—	208.565	(208.565)	—
Reserva legal	20.b	—	25.348	—	(25.348)	—
Reserva expansão	20.b	—	—	215.742	(215.742)	—
Saldos em 31 de dezembro 2021		342.627	57.175	335.107	—	734.909

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Elo Serviços S.A. ("Companhia" ou "Elo") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil que tem como acionistas controladores a Elo Participações Ltda., a Caixa Cartões Holding S.A. e a Bradescard Elo Participações S.A.. O endereço registrado do escritório da Companhia é Alameda Xingu, 512, 5º e 6º andar, Edifício "Condomínio Evolution Corporate" - Barueri, São Paulo.

A Elo Serviços é uma companhia 100% brasileira do segmento de Soluções de Pagamento criada em 2011 e tem o intuito de viabilizar a realização de pagamentos entre as diversas partes da cadeia: Consumidores, Estabelecimentos, Bancos Emissores, Credenciadores e empresas de tecnologia que fazem parte do ecossistema. Tendo seus controladores como principais emissores de cartões de débito e crédito com a bandeira Elo.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 09 de março de 2022.

a. COVID-19

A Administração da Companhia tem monitorado de perto os impactos provocados pela pandemia gerada pelo coronavírus (COVID-19). Os resultados obtidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 demonstram impacto causado pelo menor crescimento de volume e postergação de ações comerciais referentes às despesas com vendas.

A fim de garantir manutenção do portfólio de clientes, a Companhia vem mapeando oportunidades de aumento de escopo e expansão comercial que permitem mitigar a potencial volatilidade da receita, causada pela pandemia.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas. Também exige que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Elo. As áreas que requerem maior grau de julgamento e maior complexidade e as áreas em que as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 2 (f).

b. Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais (R\$) foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pelas taxas de câmbio da moeda funcional na data do balanço. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício de ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado.

Itens não monetários que são mensurados em termos de custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio nas datas das transações iniciais.

c. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações e interpretações das normas contábeis foram publicadas pelo IASB, mas não são obrigatórias para os exercícios do relatório de 31 de dezembro de 2021 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:

- Alteração à IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu esta alteração, para esclarecer que, para fins de avaliação se um contrato é oneroso, o custo de execução do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma imputação de outros custos que estejam diretamente relacionados com o seu cumprimento. A data efetiva de aplicação desta alteração é 1º de janeiro de 2022.
- Alterações ao IAS 12 "Tributos sobre lucro": As alterações limitam o escopo de isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias líquidas e compensatórias. As alterações aplicam-se aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do exercício comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do exercício mais antigo apresentado.
- Alteração à IFRS 3 "Combinações de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão mais antiga pela mais recente. A alteração da IFRS 3 passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022.
- Alteração à IAS 16 "Ativo imobilizado": Em maio de 2020, o International Accounting Standards Board emitiu uma alteração à IAS 16 que visa esclarecer a forma como as entidades devem contabilizar os resultados da venda e os custos de produção relacionados de itens produzidos pela planta ou equipamento relevante antes de estar disponível para o uso pretendido. A alteração à IAS 16 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022.
- IFRS 16 - "Arrendamentos mercantili" - Essa norma foi alterada em 2021 para incluir isenções para arrendatários devido aos benefícios da COVID-19 concedidos a arrendatários sob contratos de arrendamento existentes.
- Alterações ao IAS 1 "Apresentação das demonstrações contábeis" referente a classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante. Conforme emitido em janeiro de 2020 (alterações de 2020), estão sujeitas a desenvolvimentos futuros. Determinadas questões de aplicação resultantes das alterações de 2020 foram levantadas pelo *IFRS Interpretation Committee*, que encaminhou ao *Board* do IASB. Em junho de 2021, o *Board* do IASB decidiu provisoriamente propor alterações adicionais à IAS 1 e adiar a data efetiva das alterações de 2020 para pelo menos 1º de janeiro de 2024.
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020
- IFRS 17 - Contratos de seguros
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao IAS 8)

A Companhia não espera impacto relevante da adoção dessas alterações.

d. Demonstração do valor adicionado

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pela IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

e. Novas regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN)

Nossas atividades comerciais no Brasil estão sujeitas às leis e regulamentações brasileiras relativas aos arranjos de pagamento. A Lei nº 12.865/2013, que foi promulgada em 9 de outubro de 2013, conforme alterada, que dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro e cria os conceitos de arranjos de pagamento e instituições de pagamento.

A Companhia tem como propósito corporativo instituir arranjos de pagamento, nos quais há a prestação de serviços de pagamento, dentre eles a operacionalização dos processos de pagamento com cartão. Nesta data, a Elo Serviços S.A. administra três arranjos de pagamento domésticos autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil:

- Arranjo de Pagamento de Compra de Depósito: arranjo de pagamento na modalidade conta de depósito, com propósito de compra e de abrangência doméstica;
- Arranjo de Pagamento de Compra Pós-Pago: arranjo de pagamento na modalidade conta de pagamento pós-paga, com propósito de compra e de abrangência doméstica; e
- Arranjo de Pagamento de Compra Pré-Pago: arranjo de pagamento na modalidade conta de pagamento pré-paga, com propósito de compra e de abrangência doméstica.

No âmbito das referidas regras, a Companhia é classificada como uma IAP, e os arranjos de pagamento instituídos pelo IAP estão, portanto, sujeitos à aprovação do Banco Central do Brasil. Em 2013, a Companhia formalizou o pedido de autorização de funcionamento para seus arranjos de pagamento, o qual foi deferido em maio de 2020.

f. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos contábeis são constantemente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes nos critérios de determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. As revisões de estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm os efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos prospectivamente estão apresentadas a seguir;

(i) **Imposto de renda e contribuição social diferidos**: os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis. Esta é uma área que requer julgamento por parte da Administração na determinação de estimativas quanto à capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, com base em projeções elaboradas e com base em premissas internas e cenários econômicos futuros que possam sofrer alterações. Essas projeções são periodicamente revisadas e aprovadas pela administração

(ii) **Provisões para processos judiciais trabalhistas, cíveis e tributários**: A Companhia possui processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento. Com isso, a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis e as decisões judiciais mais recentes, de cada caso específico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como conclusões de inspeções fiscais e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b. Instrumentos financeiros

b.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
 - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
 - Solely Payments of Principal and Interest* ("SPPI"): uma das condições para se classificar um instrumento financeiro ao custo amortizado, SPPI ocorre quando termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base o valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a

Demonstrações dos fluxos de Caixa - Método indireto			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019			
(Em milhares de Reais)			
	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		506.955	267.348
Lucro líquido		506.955	267.348
Ajustes ao lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Transações com partes relacionadas	20.b	—	570.951
Depreciações e amortizações	23	30.489	8.160
Juros sobre arrendamento	16	670	797
Juros sobre marca a pagar	17.d	7.484	—
Provisão para processos judiciais		5.633	1.832
(Imposto) de renda e contribuição social diferido		40.391	(23.121)
(Aumento)redução nos ativos e passivos operacionais		275.197	953.257
Contas a receber		(7.940)	(49.467)
Impostos a recuperar		249.249	250.908
Despesas antecipadas		(32.908)	(35.392)
Outros créditos		(6.901)	(14.455)
Fornecedores		(4.410)	5.567
Salários e encargos		17.049	9.901
Impostos e contribuições a recolher		(147.417)	150.357
Incentivos		139.541	(64.253)
Outras contas a pagar		(262.449)	106.175
Passivo de arrendamento		(3.982)	(3.895)
Caixa proveniente das operações		531.454	1.181.413
Impostos pagos		(256.257)	(228.156)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		275.197	953.257
(Aumento)redução nas atividades de investimentos		(179.340)	(5.977)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(179.340)	(5.977)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		(179.340)	(5.977)
Aumento(redução) nas atividades de financiamento		(867.458)	(145.513)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	20.c	(699.999)	(145.513)
Juros sobre capital próprio pagos	20.c	(34.126)	—
Transação de capital com sócios	17.d	(133.333)	—
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(867.458)	(145.513)
Varição líquida dos fluxos de caixa		(771.601)	801.767
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		1.482.672	680.905
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		711.071	1.482.672
Varição líquida do caixa e equivalentes de caixa		(771.601)	801.767

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações do valor adicionado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019			
(Em milhares de Reais)			
	2021	2020	2019
Receitas			
Vendas brutas de produtos e serviços	1.849.045	1.690.024	1.255.623
1.849.045	1.690.024	1.255.623	
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	(94.623)	(99.628)	(111.866)
Despesas de transporte	(1.732)	(1.698)	(3.210)
Custos de publicidade	(255.922)	(210.755)	(245.990)
Serviços de terceiros	(99.692)	(108.478)	(96.306)
Outras despesas	(158.765)	(171.069)	(133.478)
1.238.311	1.098.396	664.773	
Valor adicionado bruto			
Depreciação, amortização, exaustão e <i>impairment</i>	(30.489)	(8.160)	(7.149)
Valor adicionado líquido produzido	1.207.822	1.090.236	657.244
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	44.394	27.720	39.041
Valor adicionado total a distribuir	1.252.216	1.117.956	696.665
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	215.319	162.053	136.083
Remuneração direta	185.744	138.231	116.251
Benefícios	20.950	17.339	14.200
FGTS	8.625	6.483	5.632
Impostos, taxas e contribuições	502.326	683.351	393.608
Federais	455.070	636.601	362.239
Municipais	47.256	46.750	31.369</

—☆continuação

financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

b.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir o custo capitalizado de empréstimos para ativos qualificáveis. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e telecomunicações	5 anos
Benefitória em imóveis de terceiros	5 anos
Direito de uso sobre bens	3-6 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício de divulgação e ajustados de forma prospectiva, se for o caso. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis estimadas desses ativos e nenhuma alteração significativa foi identificada.

Um item do imobilizado é baixado quando alinhado ou quando são esperados benefícios econômicos futuros do seu uso ou alienação. Qualquer ganho ou perda na alienação (calculado como a diferença entre o valor líquido da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em "Despesas Gerais e Administrativas" na demonstração do resultado quando um ativo é baixado.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

d. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais. Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, ou com base no prazo dos contratos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados se necessário, conforme os benefícios econômicos futuros dos contratos. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Software e licenças	5 anos
---------------------	--------

e. Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente e/ou quando ocorre um evento específico, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar uma redução ao valor recuperável.

Caso existam tais evidências e o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para redução ao valor recuperável ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

Tais perdas são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

f. Benefícios a empregados

— **Previdência complementar:** A Companhia é co-patrocinadora de um plano de pensão PGBL (Plano de Previdência Privada Empresarial Não Dedutível para Fins de Imposto de Renda) com contribuição definida. A obrigação legal ou construtiva da Companhia para este plano está limitada apenas às contribuições. As contribuições são feitas com base em um percentual da remuneração dos funcionários. Os pagamentos à contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que dão direito a esses pagamentos são prestados.

— **Participação nos lucros:** a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o atingimento das metas definidas pela Presidência e/ou Conselho de Administração. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contractive obligation*).

— **Bônus de longo prazo:** a Elo possui uma política de remuneração de longo prazo para os diretores que tem como objetivo direcionar as ações dos Administradores ao cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia, visando a atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais *stakeholders*. A remuneração terá seu valor definido em função do atingimento de metas acordadas com o Conselho de Administração.

g. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. De acordo com a legislação tributária brasileira, a compensação de prejuízos pode ser utilizada para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não tem prazo de validade. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar as diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço.

O valor contábil dos ativos de impostos diferidos é revisado a cada data de apresentação e um ativo de imposto diferido é reconhecido na extensão em que seja provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo ou parte dos impostos diferidos ativos sejam utilizados. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de apresentação e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua utilização.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados pelo valor líquido quando há direito legal ou contratualmente exigível de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal, e os impostos diferidos estão relacionados à mesma entidade tributável e sujeitos à mesma autoridade fiscal.

h. Ativos contingentes e provisão para processos judiciais

— **Ativos contingentes** - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

— **Provisão para processos judiciais** - são classificados como provisão para processos judiciais prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, é provável uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

As provisões para processos judiciais classificados como de perda possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação;

— **Obrigações legais** - as obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

i. Despesas antecipadas

Despesas antecipadas são aplicações em gastos que tenham realização no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

Devem ser contabilizados nesta conta os valores pagos antecipadamente, tais como os prêmios de seguro, assinatura de periódicos, contratos de manutenção e licença, campanhas por um período determinado, entre outros valores correlatos sempre que forem pagos antecipadamente.

j. Reconhecimento de receita

A Companhia classifica suas receitas em dois tipos: transacionais e receita de serviços. A receita transacional é gerada em transações nacionais e internacionais por meio da cobrança de tarifas dos emissores de cartões e adquirentes com base na quantidade de transações e, principalmente, nos valores do volume transacionado. A receita transacional é registrada em um momento específico, pois o serviço é prestado quando uma compra é gerada em cartões ou outros dispositivos que carregam a bandeira da Companhia.

As receitas de serviços incluem serviços de valor agregado relacionados ao arranjo de pagamento para suportar os clientes. Esses serviços incluem tarifas antifraude, tarifas de conectividade, tarifas de consultoria e outras taxas de serviços. O reconhecimento da receita de serviços é registrado quando o serviço é prestado ou disponibilizado ao cliente ou no período em que ocorrem as operações de pagamento envolvendo o serviço específico.

Incentivos

A Elo celebra acordos comerciais com parceiros estratégicos para promover o fortalecimento da Marca Institucional Elo, além de ações promocionais, ativação, uso e preferência do cartão Elo. Os acordos oferecem descontos e incentivos quando os clientes atingem determinados níveis de volume de transações ou número de novos cartões ativos, além de outros incentivos de suporte, que estão vinculados ao desempenho do cliente. Diferentes fatores

são considerados para estimular o desempenho do cliente, incluindo transações realizadas, emissão de cartões e volumes de conversão de cartões como prioridade. Esses tipos de incentivos são registrados como redutores da receita e são reconhecidos pelo prazo contratual.

O reconhecimento dos incentivos variáveis é feito de acordo com a geração de volumes transacionado ou cartões para o mês de referência. Além disso, existem outros tipos de incentivos que não estão alinhados com a geração de volume, como incentivos para desenvolvimento técnico, acordos comerciais e marketing. A contabilização dos demais incentivos é realizada por meio de cláusulas contratuais que variam de acordo com cada contrato e também é registrada como redutora da receita na demonstração do resultado.

k. Arrendamento mercantil

A Companhia possui arrendamento de seu escritório e equipamentos. Contratos de aluguel são normalmente fixados em períodos entre 1 e 6 anos, mas podem conter cláusulas com possibilidade de extensão.

Em um mesmo contrato podem existir itens que sejam arrendados e itens não arrendados. A Companhia faz as alocações contábeis de acordo com os preços unitários de cada componente levando em consideração o que é arrendamento e o que não é. No entanto, para arrendamentos de imóveis para os quais a Companhia é arrendatária, a Companhia optou por não separar os componentes de arrendamento e os não arrendamentos e, em vez disso, contabiliza-os como um único componente de arrendamento.

Os termos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém diferentes condições. Os contratos de arrendamento não impõem outras cláusulas além das garantias sobre os ativos arrendados que são detidos pelo arrendador. Os ativos arrendados não podem ser usados como garantia para fins de empréstimo.

Passivos de arrendamentos

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem efetuados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa e valores que se espera que sejam pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que ocorre o evento ou condição que desencadeia o pagamento.

Para determinar a taxa de empréstimo incremental, a Companhia:

- sempre que possível, usa financiamentos de terceiros recentes recebidos pelo arrendatário como ponto de partida, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento de terceiros foi recebido.
- usa uma abordagem de acumulação que começa com uma taxa de juros livre de risco ajustada pelo risco de crédito quando o arrendatário individual não possui financiamento recente de terceiros; e
- faz ajustes específicos para o arrendamento, por exemplo: prazo, país, moeda etc.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos variáveis de arrendamento com base em um índice ou taxa, que não são incluídos no passivo de arrendamento até que entrem em vigor. Quando os ajustes nos pagamentos de arrendamento com base em um índice ou taxa entram em vigor, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado contra o ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamento são alocados entre principal e custo financeiro. A despesa financeira é debitada ao resultado durante o período do arrendamento de forma a produzir uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo para seus arrendamentos de propriedades de curto prazo (ou seja, aqueles arrendamentos que têm um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contém uma opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de ativos de baixo valor para arrendamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

Ativo de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento feitos na data de início ou antes, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. A menos que a Companhia esteja razoavelmente certa de obter a propriedade do ativo arrendado ao final do prazo do arrendamento, os ativos de direito de uso reconhecidos são depreciados linearmente pelo menor entre sua vida útil estimada e o prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

4. Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de forma consistente com os relatórios internos fornecidos aos principais tomadores de decisões operacionais, sendo a Diretoria Executiva Composta por 4 diretores estatutários no fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sendo um deles o Diretor Presidente (CEO). As decisões da Diretoria Executiva são tomadas por maioria de votos, com base nas políticas e diretrizes aprovadas junto ao conselho de Administração.

Um segmento de negócio é um componente identificável da Companhia, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Considerando que todas as decisões são baseadas em relatórios consolidados, e que todas as decisões relacionadas a planejamento estratégico e financeiro, compras, investimentos e alocação de recursos são feitos de forma consolidada, a Companhia atua em um único

10. Imobilizado

	Instalações	Móveis e equipamentos de uso	Sistemas de comunicação	Sistema de processamento de dados	Direito de uso sobre bens	Outras imobilizações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.931	2.151	697	6.015	—	1.156	12.950
Aquisições	—	2	—	3.278	14.298	18	17.596
Depreciações	(411)	(270)	(258)	(2.041)	(2.691)	(411)	(6.082)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.520	1.883	439	7.252	11.607	763	24.464
Aquisições	36	80	823	835	1.516	1.255	4.545
Depreciações	(412)	(272)	(353)	(2.258)	(3.038)	(494)	(6.827)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.144	1.691	909	5.829	10.085	1.524	22.182
Aquisições	—	3	560	266	4.244	—	5.073
Depreciações	(415)	(279)	(306)	(2.249)	(3.860)	(420)	(7.529)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.729	1.415	1.163	3.846	10.469	1.104	19.726

Não ocorreram baixas e transferências nos ativos imobilizados durante os exercícios apresentados.

11. Intangível

	Software e licenças	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.903	2.903
Aquisições	1.192	1.192
Amortizações	(1.067)	(1.067)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.028	3.028
Aquisições	2.948	2.948
Amortizações	(1.333)	(1.333)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.643	4.643
Aquisições (a)	178.511	178.511
Amortizações	(22.959)	(22.959)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	160.195	160.195

a) Em 31 de março de 2021, a Elo adquiriu a plataforma de autorização e processamento anteriormente desenvolvida pela Cielo S.A., pelo valor de R \$ 177.895. A vida útil desse ativo intangível é estimada em 75 meses. Esta aquisição permite que a Companhia desenvolva melhorias na plataforma de forma mais rápida e eficiente.

Não ocorreram baixas nos ativos intangíveis durante os exercícios apresentados.

12. Salários e encargos

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Participação nos resultados (a)	61.360	45.480	40.201
Provisão de férias	9.768	8.368	5.973
Encargos - INSS	7.115	5.823	5.384
Outros	948	2.471	683
	79.191	62.142	52.241
Circulante	58.314	47.713	43.227
Não circulante	20.877	14.429	9.014

(a) A composição do montante refere-se às provisões de participação no resultado a curto e longo prazo.

13. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Provisão de imposto de renda	3.303	111.323	10.530
Provisão de Contribuição social	3.041	43.780	5.988
PIS e COFINS	22.033	25.986	16.196
ISS	4.735	5.594	3.471
IRRF sobre salários	8.131	2.409	2.652
Outros tributos a recolher	1.639	1.207	1.105
	42.882	190.299	39.942

14. Incentivos

Referem-se a acordos comerciais com clientes, os quais são reconhecidas na demonstração do resultado, de acordo com os termos dos respectivos contratos ou de acordo com o volume transacionado e número de cartões emitidos.

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Incentivos (a)	175.150	35.609	99.862
	175.150	35.609	99.862

a) As obrigações com gastos de incentivos apresentados nos anos de 2019, 2020 e 2021 contêm transações com partes relacionadas, conforme apresentado na nota 17.

(Em milhares de Reais)

segmento, como agente de serviços financeiros, sendo que sua principal receita está relacionada às vendas para o mercado interno.

O volume das transações do mercado nacional representou 99,95%, 99,95% e 99,89% para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, de 2020 e 2019, respectivamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui quatro clientes que, separadamente, representavam mais de 10% da receita líquida e juntos representavam 59% da receita líquida.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Moeda nacional	16	84	3.976
Moeda estrangeira (a)	6.088	3.070	1.123
Fundos de investimentos (b)	236.177	1.373.402	135.378
Certificado de depósito bancário - CDB (c)	468.790	106.116	540.428
	711.071	1.482.672	680.905

(a) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PATA publicada no último dia útil do mês pelo Banco Central do Brasil.

(b) As aplicações com fundos de investimentos não exclusivos são administradas pelo Banco Bradesco S.A., BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Caixa Econômica Federal, e possuem liquidez diária. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.

(c) As aplicações em certificados de depósitos bancários (CDB) estão classificadas no curto prazo, uma vez que foram efetuadas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e apresentar liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate remunerados ao Certificado de Depósito Interbancário Brasileiro (CDI). Os valores contabilizados não diferem dos valores de mercado.

Os rendimentos obtidos em depósitos a curto prazo em transações com partes relacionadas, são descritos na Nota 17.

6. Contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Fee Elo - Credenciadores (a)	92.403	66.812	54.700
Fee Elo - Emissores (b)	99.892	117.223	78.316
Outras contas a receber	130	450	2.002
	192.425	184.485	135.018

A Companhia não reconheceu provisão de perda esperada para as contas a receber, considerando que a taxa de perda histórica é insignificante, não há inadimplência de ativo financeiro e nenhuma perda é esperada com base no negócio operacional da Companhia.

a) O montante a receber refere-se ao *Fee* da bandeira com o credenciador, que é gerado sobre as transações de compras nos cartões ou outros dispositivos que carregam a marca da Companhia. O cálculo é feito com base na quantidade e no valor das transações. Este valor é registrado no momento de processamento das transações financeiras, após a transação ter sido realizada com sucesso no ponto de interação.

b) O montante a receber refere-se ao *Fee* da bandeira com o emissor, que é gerado sobre as transações de compras nos cartões ou outros dispositivos que carregam a marca da Companhia. O cálculo é feito com base na quantidade e no valor das transações. Este valor é registrado mensalmente dentro do mês de competência em que ocorre o processamento das transações financeiras, após a transação ter sido realizada com sucesso no ponto de interação.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Crédito de PIS e COFINS (a)	21.713	12.511	11.420
Imposto de renda retido na fonte (b)	6.693	10.287	11.967
Imposto de renda e Contribuição Social	10.305	9.305	30.714
Outros	1.057	657	1.411
	39.768	32.760	55.512

a) Refere-se ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição Social sobre as Receitas (COFINS) recuperável em atividades de transação, estabelecido pela Lei 10.637/2002.

b) Refere-se a impostos retidos na fonte sobre as Receitas.

8. Despesas

→☆continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Elo Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado	Valor Presente	
Contraprestação do arrendamento	12.260		11.251	
PIS/COFINS potencial (9,25%)	1.134		1.041	
Embora a metodologia contábil utilizada pela Companhia esteja em linha com a regra disposta no IFRS16, ela gera distorções na informação a ser prestada devido ao descasamento entre fluxo de caixa e valor presente, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. Deste modo, a Companhia recalculou os valores de depreciação e encargos financeiros do exercício total de vigência dos contratos ativos em 31 de dezembro de 2021, com base em um fluxo de caixa futuro que incorpora a expectativa inflacionária (fluxo nominal).				
Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos dos passivos de arrendamento e suas respectivas despesas financeiras, dos ativos de direito de uso e suas respectivas despesas de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:				
	2021	2022	2023	2024
IPCA	10,01%	5,03%	3,41%	3,00%
Ativo de arrendamento:				
Fluxo sem inflação	10.469	6.624	2.983	20
Fluxo com inflação	11.517	6.958	3.085	21
Passivo de arrendamento:				
Fluxo sem inflação	11.251	8.532	5.211	288
Fluxo com inflação	12.377	8.961	5.389	297
Despesas financeiras:				
Fluxo sem inflação	670	561	335	112
Fluxo com inflação	737	590	347	115
Despesas de depreciação:				
Fluxo sem inflação	3.854	3.843	3.632	2.992
Fluxo com inflação	4.239	4.037	3.756	3.082

17. Partes relacionadas

As partes relacionadas correspondem a transações como contas a receber e contas a pagar dos bancos emissores dos acionistas (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal), controladores (Elo Participações Ltda., Bradescard Elo Participações S.A. e Caixa Cartões Holding S.A.) e empresas ligadas nas quais os acionistas controladores detêm participações societárias, tais como: Cielo S.A., Alelo S.A. e Banco Digio S.A. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia não registrou nenhuma perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes relacionada aos valores devidos por partes relacionadas por entender que não há risco de crédito significativo sobre os saldos em aberto.

A tabela a seguir apresenta as transações com partes relacionadas:

	Ativo (Passivo)		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos (nota 5) (a)			
Banco Bradesco S.A.	71	76	99
Banco do Brasil S.A.	5	4	3.918
Caixa Econômica Federal	3	61	5
Aplicações financeiras (nota 5) (a)			
Banco Bradesco S.A.	478.410	311.042	473.518
Banco do Brasil S.A.	163.490	1.021.213	135.485
Caixa Econômica Federal	63.067	147.263	67.310
Contas a receber (nota 6) (b)			
Banco Bradesco S.A.	25.978	36.640	25.562
Banco do Brasil S.A.	18.671	23.601	19.659
Caixa Econômica Federal	27.172	53.342	29.129
Cielo S.A.	20.822	18.887	21.444
Bradescard Elo Participações S.A.	471	269	126
Alelo S.A.	1.169	1.076	1.289
Banco Digio S.A.	331	8	20
Dividendos a pagar (20.c)			
Elo Participações Ltda.	(13.225)	(21.695)	(57.383)
Caixa Econômica Federal	(9.597)	(14.048)	(37.157)
Bradescard Elo Participações S.A.	(352)	(2.339)	(6.187)
Incentivos (nota 14) (c)			
Caixa Econômica Federal	(59.429)	(27)	(48.887)
Banco Bradesco S.A.	(42.143)	(2.000)	(18.988)
Banco do Brasil S.A.	(35.274)	—	(6.416)
Banco Digio S.A.	(2.915)	(98)	—
Bradescard Elo Participações S.A.	—	—	—
Alelo S.A.	(71)	(360)	(59)
Outras contas a pagar (nota 15)			
Banco Bradesco S.A.	—	—	—
Banco do Brasil S.A.	—	—	—
Caixa Econômica Federal	—	—	—
Cielo S.A.	(8.153)	(183.160)	(136.631)
Bradescard Elo Participações S.A.	—	—	—
Elo Participações Ltda.	—	(10)	—
Alelo S.A.	(5)	(14)	—
Livelo S.A.	—	—	(4)
Banco Digio S.A.	(8)	—	(7)
Marcas a pagar (nota 20.b) (d)			
Elo Participações Ltda	(274.152)	—	—

	Receita (Despesas)		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos (nota 5) (a)			
Banco Bradesco S.A.	(691)	(267)	(80)
Banco do Brasil S.A.	(8)	(12)	(139)
Caixa Econômica Federal	(5)	(273)	(1)
Aplicações financeiras (nota 5) (a)			
Banco Bradesco S.A.	38.941	16.362	7.166
Banco do Brasil S.A.	2.767	7.659	19.360
Caixa Econômica Federal	2.603	3.155	2.854
Contas a receber (nota 6) (b)			
Banco Bradesco S.A.	348.861	316.586	210.413
Banco do Brasil S.A.	244.377	210.173	180.494
Caixa Econômica Federal	392.200	477.305	251.951
Cielo S.A.	358.028	382.197	372.572
Bradescard Elo Participações S.A.	5.033	2.443	610
Alelo S.A.	6.967	8.310	5.196
Banco Digio S.A.	1.371	—	—
Dividendos a pagar (20.c)			
Elo Participações Ltda.	—	—	—
Caixa Econômica Federal	—	—	—
Bradescard Elo Participações S.A.	—	—	—
Incentivos (nota 14) (c)			
Caixa Econômica Federal	(191.007)	—	(51.935)
Banco Bradesco S.A.	(154.143)	152	(24.053)
Banco do Brasil S.A.	(91.672)	(19)	45
Banco Digio S.A.	(8.172)	(98)	—
Bradescard Elo Participações S.A.	(845)	(173)	(28)
Alelo S.A.	(70)	(390)	(629)
Outras contas a pagar (nota 15)			
Banco Bradesco S.A.	(1.770)	(157.900)	(99.049)
Banco do Brasil S.A.	(914)	(99.053)	(98.802)
Caixa Econômica Federal	(129)	(317.209)	(89.864)
Cielo S.A.	(100.694)	(142.175)	(152.287)
Bradescard Elo Participações S.A.	—	—	(15)
Elo Participações Ltda.	—	—	—
Alelo S.A.	—	—	—
Livelo S.A.	—	—	—
Banco Digio S.A.	—	—	—
Marcas a pagar (nota 20.b) (d)			
Elo Participações Ltda.	(7.485)	—	—

(a) Caixa e Equivalentes de Caixa (depósitos e fundos de investimento). O saldo em fundos de investimento está alocado no Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal.

(b) Contas a Receber: basicamente, refere-se ao montante de recebível relacionado às taxas dos cartões da empresa com os emissores, que é gerado através de compras realizadas com os cartões ou outros dispositivos que carregam a marca da Companhia, como descrito anteriormente na Nota 6.

(c) Outras contas a pagar: refere-se ao montante a pagar relacionado aos incentivos quando os consumidores atingem certo nível de volume transacionado ou número de novos cartões ativos, assim como outras métricas de incentivo, que estão ligadas a performance do consumidor.

(d) Em 27 de julho de 2021, a Companhia adquiriu da Elo Participações Ltda., uma de suas acionistas controladoras, a marca "ELO" em contrato de cessão e transferência de marca e nome de domínio. A Companhia concordou em pagar um total de R\$ 400.000 milhões em três parcelas de R\$ 133.333 milhões, sendo a primeira foi paga em 30 de julho de 2021. A segunda e a terceira parcelas vencerem em 30 de julho de 2022 e 2023, respectivamente e estão sujeitos à atualização monetária com base na taxa de juros SELIC. Anteriormente a esta aquisição, a Companhia possuía um acordo com a Elo Participações Ltda. pelo uso exclusivo desta marca, pelo qual não pagava royalties e era responsável por todos os custos de marketing direto e desenvolvimento da marca, sem direito a qualquer reembolso de tais custos. Por conta disso, a Companhia reconheceu esta transação como uma transação com acionistas e reduziu o patrimônio líquido pelo valor total a pagar nos termos do contrato.

18. Remuneração da administração

A remuneração dos Administradores inclui salários, benefícios de curto prazo e bônus de longo prazo:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Salários e benefícios de curto prazo	15.604	17.936	18.100
Bônus de longo prazo	2.217	5.970	5.537
	17.821	23.906	23.637

19. Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

A composição das provisões para processos judiciais é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas e previdenciárias	373	426	329
Tributárias	9.503	4.234	2.994
Cíveis	1.214	797	302
	11.090	5.457	3.625
Circulante	2.225	1.223	631
Não circulante	8.865	4.234	2.994

a. Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados. A Companhia realiza a provisão nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução e para os demais processos a provisão é constituída com base no valor na média móvel apurada dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

b. Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas, ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Companhia.

c. Obrigações legais - tributárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados.

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Cíveis	Totais
Saldo em 31 de dezembro de 2018	444	1.085	268	1.797
Adições	37	1.909	503	2.449
Reversões	(152)	—	(469)	(621)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	329	2.994	302	3.625
Adições	97	1.240	1.192	2.529
Reversões	—	—	(697)	(697)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	426	4.234	797	5.457
Adições	19	5.269	2.190	7.478
Reversões	(72)	—	(1.773)	(1.845)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	373	9.503	1.214	11.090

	Quantidade de ações	Participação %	31/12/2021	Quantidade de ações	Participação %	31/12/2020	Quantidade de ações	Participação %	31/12/2019
Acionista									
Elo Participações S.A.	1.433.106.586	57,07%		1.430.581.366	56,96%		1.430.581.366	56,96%	
Caixa Cartões Holding S.A.	1.039.993.806	41,41%		926.340.923	36,88%		926.340.923	36,88%	
Bradescard Elo Participações S.A.	38.057.196	1,51%		154.235.299	6,14%		154.235.299	6,14%	
	2.511.157.588	100%		2.511.157.588	100%		2.511.157.588	100%	

Em 2021, a participação acionária dos acionistas sofreu uma alteração com base no acordo de acionistas da Companhia, o qual prevê que a participação de cada acionista é alterada em ciclos de 4 em 4 anos de acordo com um cálculo de Margem de contribuição de cada parceiro. O ciclo mais recente se encerrou em 31 de dezembro de 2020, tendo o ajuste de participação ocorrido em 2021 após as autorizações regulatórias necessárias.

b. Reserva de Capital

A reserva de capital é composta pelas reservas legal e de expansão. A reserva legal representa os valores constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A Companhia poderá optar por não mais destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, ultrapassar 20% do capital social.

Em razão da manutenção da expectativa de crescimento da Companhia e das projeções feitas para o negócio no exercício corrente, a Companhia entende que a reserva de expansão precisa ser constituída. A Administração acredita que o fortalecimento do capital de giro proporcionado por esta retenção dará mais estabilidade financeira às suas operações conforme demonstrado abaixo:

Marca

Em 27 de julho de 2021, a Companhia adquiriu da Elo Participações Ltda., uma de suas acionistas controladoras, a marca "ELO" em contrato de cessão e transferência de marca e nome de domínio. A Companhia concordou em pagar um total de R\$ 400 milhões. Anteriormente a esta aquisição, a Companhia possuía um acordo com a Elo Participações Ltda. pelo uso exclusivo desta marca, pelo qual não pagou royalties e foi responsável por todos os custos de marketing direto e desenvolvimento da marca, sem direito a qualquer reembolso de tais custos. Veja nota 17.d para mais informações.

	Aumen- to de capital	Dividen- dos Consti- tuídos	Dividendos adicionais	31/12/2021
Reserva legal	31.827	—	—	57.175
Reserva de expansão (a)	1.019.473	(46.757)	(661.916)	215.742
Reservas de capital	1.051.300	(46.757)	(661.916)	241.090
Reserva legal	18.460	13.367	—	31.827
Reserva de expansão (a)	436.679	742.063	(159.269)	1.019.473
Reservas de capital	455.139	755.430	(159.269)	1.051.300
Reserva legal	10.962	7.498	—	18.460
Reserva de expansão (a)	207.432	311.039	(81.792)	436.679
Reservas de Capital	218.394	318.537	(81.792)	455.139

(a) A reserva de expansão considera os efeitos da mensuração do valor justo das transações realizadas entre a Companhia e os acionistas, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Impactos na reserva de capital:			
Incentivos (b)	—	570.951	269.310
Total	—	570.951	269.310

(b) Efeitos relacionados à decisão dos acionistas de não receber os pagamentos relacionados aos incentivos gerados pelo volume de pagamentos ou número de novos cartões ativos conforme permitido pelo contrato.

A Companhia reconheceu esses incentivos como redução de receita em 2019 e 2020 com o correspondente aumento de reserva de capital em valor equivalente, por se tratar de uma transação entre acionistas.

Foram reconhecidos os seguintes valores: R\$ 155.896 em 2020 (R\$ 92.246 em 2019) para o Banco Bradesco S.A., R\$ 97.969 em 2020 (R\$ 88.722 em 2019) para o Banco do Brasil S.A. e R\$ 317.086 em 2020 (R\$ 88.342 em 2019) para a Caixa Econômica Federal e são apresentados como transações com partes relacionadas na nota de rodapé 17.

c. Dividendos

Os acionistas têm direito a receber dividendos anuais de, no mínimo, 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com o Estatuto Social da Companhia.

Em 30 de abril de 2020, a Companhia pagou dividendos no valor de R\$ 100.727 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de julho de 2020, a Assembleia Geral de Acionistas deliberou o pagamento antecipado de dividendos no montante de R\$ 44.786 apurados como dividendos mínimos obrigatórios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os dividendos foram pagos na mesma data.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, foi constituída provisão de R\$ 38.083.

Em 30 de abril de 2021, a Companhia pagou dividendos no valor de R\$ 699.999, sendo R\$ 661.916 um pagamento adicional aprovado em Assembleia Geral da Companhia.

No dia 27 de dezembro de 2021, a Companhia realizou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 34.126, aprovado em 16 de dezembro de 2021 pelo Conselho de Administração. Em adição, foi constituída uma provisão de dividendos de R\$ 23.174 referente ao pagamento mínimo obrigatório de 5%.

d. Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
--	------------	------------	------------

→☆ continuação

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Elo Serviços S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria,

inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de março de 2022



KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takahashi
Contador CRC 1SP206103/O-4



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>